

**ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA
URBANA REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2013**

1 **Data, hora e local:** 29 de agosto de 2013, às 09h00m, na Rua São Bento, 405, Auditório do
2 10º andar do Edifício Martinelli, São Paulo, SP. **Pauta do dia: 1)** Informes; **2)** 4ª etapa da
3 revisão participativa do Plano Diretor Estratégico – Devolutiva e Discussões Públicas da Minuta
4 do Projeto de Lei. **Conselheiros presentes:** Fernando de Mello Franco (Presidente), José
5 Floriano de Azevedo Marques Neto (Vice-Presidente), Fernando Túlio Salva Rocha Franco
6 (Secretário Executivo), Felipe Teixeira Gonçalves (Gabinete do Prefeito), Anderson Kazuo
7 Nakano (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SMDU), Marianna Sampaio
8 (Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos - SNJ), Marly Kiatake (Secretaria Municipal de
9 Coordenação das Subprefeituras - SMSP), Felix Ramon Ruiz Sanchez (Secretaria Municipal de
10 Serviços - SES), Marcos Cartum (Secretaria Municipal de Cultura - SMC), Vânia Baptista Nery
11 (Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS), Gustavo Partezani
12 Rodrigues (São Paulo Urbanismo – SP Urbanismo), Adriana Alvares da Costa de Paula Alves
13 (Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo - COHAB), Áurea Lopes Machado
14 Mazzetti (Macrorregião Oeste – Eleito), Mauro Messa Martins (Macrorregião Centro – Eleito),
15 Antonio Gomes dos Santos (Macrorregião Leste 2 – Eleito), Edison de Oliveira Vianna Junior
16 (Macrorregião Norte 1 – Indicado), Carlos Eduardo Silva Diethelm (Macrorregião Norte 2 –
17 Indicado), Luis Octávio da Silva (Macrorregião Centro – Indicado), Miguel Perrela (Macrorregião
18 Leste 1 – Indicado), Guilherme Henrique de Paula e Silva e Adriana Neves da Silva Morales
19 (Macrorregião Leste 2 – Indicado), Dirceu de Oliveira Mendes e Luiz Fernando Macarrão
20 (Macrorregião Sul 1 – Indicado), Adailson de Oliveira (Macrorregião Sul 2 – Indicado),
21 Algerlanio Lopes Dantas (Associação Ambiental e Habitacional João de Barro – AAHJB), Sergio
22 Antonio Reze Junior (Associação dos Moradores e Amigos do Parque Previdência - AMAPAR),
23 Benedito Roberto Barbosa (Movimento de Moradia – Liderança Movimento Popular), Marta Dora
24 Grostein (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU/USP), Valter Luis Caldana Júnior
25 (Universidade Presbiteriana Mackenzie), Paula Baillot Lacerda (Sindicato Nacional das Empresas
26 de Arquitetura e Engenharia Consultiva - SINAENCO), Luiz Renato Horta de Siqueira
27 (Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura - ASBEA), Luiz Carlos Costa (Movimento
28 Defesa São Paulo), Paulo Afonso Costa (Central Única dos Trabalhadores - CUT), Reinaldo
29 Iapequino e João Manoel Scudeler de Barros (Secretaria de Estado da Habitação), Marco
30 Antonio Mroz (Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos). **Conselheiros que**
31 **justificaram ausência:** Ângelo Salvador Filardo Jr (Macrorregião Oeste - Indicado), Eduardo
32 Cesar Leão Marques (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - CEBRAP), Pedro Luiz de
33 Castro Algodoal (Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras - SIURB) **Convidado**
34 **permanente:** Airton Goes (Rede Nossa São Paulo – RNSP). **Demais presentes:** Glauco
35 Cugler de Carvalho (Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMMA), Valderci M.
36 Machado (Subprefeitura Santo Amaro), Tony Nagy (Secretaria Municipal do Desenvolvimento,
37 Trabalho e Empreendedorismo - SDTE), Geraldo de Paula Eduardo (Associação Paulista de
38 Empresários de Obras Públicas - APEOP), Fábio Ferreira de Araujo (Câmara Municipal de São
39 Paulo/ Vereador José Police Neto), Anna Olímpia de Moura Leite (Secretaria Municipal de
40 Finanças de Desenvolvimento Econômico - SF), Elcio Sigolo (Sindicato da Indústria da
41 Construção Civil do Estado de São Paulo - SINDUSCON). **Ordem do dia: 1)** O Secretário

**ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA
URBANA REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2013**

42 Executivo iniciou a reunião às 09h33m, agradeceu a presença de todos e apresentou a pauta
43 que foi aprovada por unanimidade. **2)** Na sequência, a ata da 16ª reunião extraordinária e a
44 ata da 3ª reunião do Grupo de Trabalho do Processo de Revisão Participativa do Plano Diretor
45 Estratégico foram apreciadas e aprovadas por unanimidade. **3)** Em seguida, o Conselheiro
46 Gustavo Partezani (SP URBANISMO) relatou os encaminhamentos da 1ª Reunião do Conselho
47 Municipal de Trânsito e Transporte do qual é representante pelo CPMU, dentre eles ressaltou a
48 apresentação detalhada da arrecadação e custo do sistema de ônibus do município realizada
49 pelo Secretário de Transporte Jilmar Tatto; e o link no qual as pautas e as apresentações estão
50 disponíveis no site da prefeitura (sítio da Secretaria de Transporte). Informou, também, os
51 principais pontos debatidos, foram eles: as manifestações que ocasionaram a redução da tarifa;
52 o tema de transporte por vans responsável por auxiliar na complementação do sistema de
53 mobilidade; e as questões referentes ao transporte de carga e logística da cidade. Foi sugerida
54 pelo próprio Conselho a mudança do nome de “Transporte e Trânsito” para “Mobilidade” e
55 criou-se um grupo de trabalho responsável por propor um estatuto para o CMTT. Ao fim dos
56 informes o Conselheiro explicitou a necessidade em estreitar as relações entre os dois
57 Conselhos. **4)** A partir de então o Presidente abriu para as contribuições dos Conselheiros sobre
58 o segundo ponto de pauta. O Conselheiro Sergio Reze (AMAPAR) foi o primeiro escrito e
59 chamou atenção para o conteúdo técnico e de difícil compreensão do PDE; propôs que ocorra
60 em paralelo ao processo o detalhamento e explicação minuciosa do mesmo. **5)** Sequenciando,
61 a Conselheira Marta (FAU-USP) colocou que o PDE está sintético e objetivo; questionou como
62 será realizado o processo de definição das áreas de operação urbana que em seu entendimento
63 dentro de uma AIU (Área de intervenção Urbana) podem ser desenvolvidas várias OU
64 (Operações Urbanas) diferentes; sugeriu que para não ocorrer contradições em relação ao
65 adensamento ao longo dos eixos de transporte deve-se explicitar as grandes diferenças entre o
66 corredor de ônibus e a faixa exclusiva. **6)** Na sequência o Conselheiro Miguel Perrela (Leste 1 –
67 Indicado) acrescentou que é preciso elaborar junto ao Governo Estadual as alternativas de
68 transporte de cargas através da rede hídrica. **7)** Em seguida, o Conselheiro Antonio Gomes
69 (Leste 2 – Eleito) destacou a importância do segmento empresarial na revisão do PDE e a
70 necessidade de maior incentivo a participação da categoria. **8)** Logo após Valderci M. Machado
71 (SPSA) solicitou explicação sobre dois pontos do PDE, são eles: isenção de IPTU e pagamento
72 de serviços ambientais. **9)** Finalizando o primeiro ciclo de contribuições a palavra foi passada a
73 mesa, o Presidente destacou a importância da rede hídrica para a estruturação da cidade e
74 acrescentou que esse ponto será complementado durante este processo de revisão da minuta.
75 Em relação às AIUs (Áreas de Intervenção Urbana) e OU (Operações Urbanas) colocou que
76 realmente as Operações Urbanas poderão se inserir em um perímetro delimitado pelas Áreas de
77 Intervenção Urbana localizadas na delimitação da Macroárea de Estruturação Urbana. No que
78 se refere à clareza do texto do PDE informou a todos que estão sendo preparados mapas que
79 facilitem o entendimento dos pontos colocados na revisão; salientou que o Plano tem de
80 abranger a cidade toda, são os planos de bairro e regionais tratarão das especificidades locais.
81 Respondendo a questão da participação do setor empresarial destacou que todos os canais
82 estão abertos e todas as demandas legítimas dos diversos setores da sociedade estão sendo

**ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA
URBANA REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2013**

83 aceitas. **10)** Sequenciando, a palavra foi passada ao Conselheiro Anderson Kazuo (SMDU) que
84 destacou como principal inovação do PDE a rede de estruturação ligada aos eixos de transporte
85 coletivo. Em relação às AIUs e OUs acrescentou que é preciso definir no território e orientar as
86 regras pretendidas, e que estão sendo evitadas definições prévias dos perímetros para não
87 haver contradições e essas serão definidas em leis específicas. No que concernem as dúvidas
88 relacionadas ao pagamento de serviços ambientais afirmou que esse instrumento será
89 regulamentado e ainda serão discutidos seus parâmetros. Dentro do mesmo tema o Conselheiro
90 Valter Caldana (Mackenzie) questionou qual o papel do Estado dentro desses pagamentos,
91 Kazuo esclareceu que tais definições deverão ser estabelecidas por meio de legislação
92 específica. **11)** Em um novo ciclo de contribuições o Conselheiro Luiz Costa (Mov. Defesa São
93 Paulo) colocou a necessidade de viabilizar a discussão e críticas que são mais gerais dentro do
94 texto; propôs que sejam abertos espaços para essas questões; protocolou na reunião o
95 documento "Parecer sobre a minuta do Plano Diretor". Destacou cinco itens presentes no
96 documento: ampliação da liberdade da implantação de empreendimentos imobiliários devido a
97 áreas na cidade que possuem coeficiente de aproveitamento 4; agravamento dos
98 congestionamentos; desestruturação de bairro consolidados; expulsão de moradores em bairros
99 com menor nível de renda; e agravamento de problemas ambientais ligados a saturação
100 construtiva. Salientou que não existe uma preocupação em limitar a concessão de outorga
101 onerosa, mesmo porque existem áreas da cidade com coeficiente de aproveitamento 4;
102 acrescentou, também, que não foi determinado um projeto de estruturação urbana geral com
103 intuito de estabelecer um padrão de organização da cidade. **12)** Na sequência o Conselheiro
104 Benedito Barbosa (Liderança Movimento Popular) informou que os Movimentos de Moradia irão
105 trazer uma proposta mais concisa sobre a Minuta na reunião com os Segmentos dos Movimento
106 de Moradia, Associação de Moradores e ONGs agendada para o dia 04 de setembro de 2013;
107 também adiantou algumas questões que julgou importantes: em primeiro lugar considerou que
108 a criação e ampliação das áreas das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) foram uma
109 conquista histórica advinda dos Movimentos de Moradia, entretanto, acredita ser um erro os
110 mapas das ZEIS não terem sido apresentados previamente; em segundo lugar, trouxe a
111 importância das Habitações de Interesse Social (HIS) nos Eixos Urbanísticos e salientou a
112 necessidade que sejam coordenados conjuntamente pela SMDU e pela Secretaria de Habitação
113 (SEHAB); uma terceira questão foi a respeito das Concessões Urbanísticas que, em razão da
114 forma como este instrumento foi posto em prática no município de São Paulo, considerou
115 necessário remover ou minimizar sua capacidade de atuação; a quarta questão foi a respeito da
116 Cota de Solidariedade, na qual considerou demasiadamente ambígua e potencialmente capaz
117 de tornar-se inutilizada quando posta em prática, principalmente no que tange a discussão
118 posterior que será realizada na Câmara. Por fim, sobre os Instrumentos de Regularização
119 Fundiária, apesar de concordar com os demais, frisou a respeito do processo de Revisão
120 Participativa do PDE ser propício para discutir o direito à cidade, sobretudo quando relacionado
121 às grandes remoções que ocorrerão, a dificuldade de acesso a terra e os megaeventos que
122 estão previstos em locais que possivelmente necessitarão realizar remoções; concluiu
123 ressaltando a necessidade de Plano ser aprovado com agilidade na Câmara. **13)** Em seguida,

**ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA
URBANA REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2013**

124 Sergio Reze (AMAPAR) iniciou concordando com o ponto trazido pelo Conselheiro Benedito
125 sobre a incerteza das garantias das ZEIS; mas não compreendeu a razão do prazo estipulado
126 para a Revisão Participativa do PDE e destacou que o Plano seja explicado em linguagem
127 coloquial a população. Por fim, indagou sobre a eleição do Conselho de Representantes (Art.
128 218) e a necessidade de resolver o conflito entre locais que os eleitores residem e os que
129 possuem sessões eleitorais diferentes, condição que anula o poder de voto. **14)** Logo após
130 Tony Nagy (SDTE) parabenizou a equipe e informou que o Capítulo das Zonas Especiais de
131 Proteção e Recuperação Ambiental (ZEPAM) não contempla a possibilidade de transferência de
132 seu potencial construtivo para qualquer área da cidade, característica presente em legislação,
133 mas que não fora regulamentada, o que acarretou aos proprietário de ZEPAM terem somente
134 os custos e poucos benefícios; sobre o potencial construtivo das Zonas Especiais de
135 Preservação Cultural/Bens Imóveis Representativos (ZEPEC/BIR), informou que não está claro a
136 possibilidade deste ser transferido para dentro das Operações Urbanas e Áreas de Intervenção
137 Urbana. **15)** Novamente o Conselheiro Luiz Costa (Mov. Defesa São Paulo) trouxe suas
138 contribuições onde destacou o papel que o PDE tem em definir as diretrizes do planejamento
139 local; considerou pouco abordada as Zonas Comuns, principalmente, quando comparado com a
140 ênfase dada as Zonas Especiais; por fim indagou se existe um espaço para discutir o
141 beneficiamento do setor imobiliário, a consolidação de uma estrutura urbana suficientemente
142 completa e consistente, e o desenvolvimento do planejamento a nível local. **16)** Encerrado o
143 segundo ciclo de falas, a palavra foi retornada a mesa com o Presidente que apresentou a
144 existência de um déficit habitacional crescente da cidade, fato que torna necessário
145 empreender um processo significativo de transformação na cidade onde diversos outros
146 problemas circundam, como a escassez da terra, a mudança dos perfis familiares e a
147 mobilidade; enfatizou a necessidade em deixar de utilizar o cálculo de suporte centrado no
148 paradigma do transporte individual para seguir a lógica do transporte coletivo; a insuficiência
149 em apenas legislar o setor privado e sim criar sinergia com os investimentos públicos e
150 potencializar as transformações necessárias; informou que o eixo de estruturação da
151 transformação urbanística não deve centrar áreas específicas como o centro expandido ou a
152 periferia, mas na totalidade da cidade; concordou com o Conselheiro Luiz Costa em não
153 considerar somente os casos excepcionais (Zonas Especiais), mas pensar na ações cotidianas,
154 também enfatizou a existência de um enfoque na unidade local de planejamento; trouxe que os
155 grupos envolvidos no debate da cidade possuem clareza de suas intenções e os conflitos estão
156 explícitos, o desafio atual é enfrentá-los, ação que não será somente por parte do poder
157 executivo, mas também pelo legislativo. **17)** A fim de complementar a fala do Presidente,
158 Kazuo Nakano Anderson (SMDU) ponderou que durante o processo de Revisão Participativa do
159 PDE foram apresentados pela população problemas relativos a Lei 13.885/04. Dentre os
160 exemplos trazidos pode destacar a ocorrência de pequenos estabelecimentos comerciais que
161 não conseguem regulamentação em razão da Lei de Uso e Ocupação do Solo vigente,
162 principalmente nos bairros periféricos. Os exemplos visaram demonstrar que a tese de que a
163 ambiguidade da legislação vigente tem levado a construções irregulares, motivo pelo qual
164 considerou fundamental avaliar minuciosamente a proposta vigente do novo Marco Regulatório

**ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA
URBANA REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2013**

165 e demonstrar que a questão não é somente política, mas também técnica. Em relação aos
166 mapas, informou que o mapa de ZEIS continua válido e o que está em discussão são novos
167 regramentos para a demarcação destas, contudo, considerou válido sua apresentação para a
168 sociedade trazer sua avaliação e poder assimilá-las, o mesmo é válido para o caso da Cota de
169 Solidariedade; em relação à Transferência do Potencial Construtivo em ZEPAM e AIU informou
170 que não seria difícil sua aplicação, entretanto, a intenção foi limitar a transferência na
171 Macrozona de Proteção Ambiental, caso contrário acabaria limitando a Outorga Onerosa do
172 Direito de Construir; salientou a necessidade de utilizar a Transferência de forma estratégica
173 para não neutralizar os demais instrumentos que lidam com o potencial adicional de construção.
174 Por fim, sobre os processos de remoção, informou que o surgimento de uma série de novas
175 legislações que atuam sob a questão foi um dos fatores considerados para que se incluam
176 mecanismos semelhantes na proposta do PDE. **18)** O Secretário Executivo deu início a um novo
177 ciclo de falas com Edison de Oliveira Vianna (Norte 1- Indicado) que informou, com base em
178 sua experiência, que a questão dos prazos e a necessidade de adiantar o processo decorre das
179 distorções da atual legislação que, como apontado anteriormente por Kazuo, tem afetado
180 diversos comerciantes que possuem seus imóveis fechados em razão do não cumprimento da
181 legislação; trouxe a necessidade de incluir nos mapas o Ferroanel e concluiu destacando a
182 importância em preservar a qualidade de vida na cidade o que, conseqüentemente, incluiu a
183 preservação da Serra da Cantareira, onde devem ser aplicados instrumentos urbanísticos como
184 a transferência de potencial construtivo. **19)** Na sequência, Algerlano Dantas (AAHJB), iniciou
185 parabenizando o trabalho realizado; em relação as ZEIS 4 afirmou que os Coeficientes de
186 Aproveitamento são insuficientes e que tem afetado diretamente as Habitações de Interesse
187 Social (HIS) e a viabilidade de seus projetos; e gostaria de saber sobre os impactos da
188 construção de um Aeroporto na região de Parelheiros onde há um déficit habitacional
189 juntamente com a região da Subprefeitura da Capela do Socorro. **20)** Em seguida, Marta
190 Grostein (FAU- USP) concordou sobre a existência de certa maturidade para discutir o PDE, pois
191 considerou que a discussão centra nos problemas decorrentes do PDE e seus anos aplicados,
192 período que possibilitou tal amadurecimento; sugeriu que fosse apresentado um quadro que
193 explicitasse as divergências das opiniões dos agentes sobre os principais pontos. **21)** Logo após
194 o Subprefeito Carlos Eduardo Diethelm (Norte 1 – Indicado) expôs suas observações a respeito
195 da EXPO 2020, primeiramente informou que o Prefeito abriu espaço para diálogo com a
196 população e que o debate deve centrar a região como núcleo de desenvolvimento local;
197 considerou fundamental que a sociedade discuta tal questão e declarou que o PDE é capaz de
198 articular o desenvolvimento da região com a questão da moradia e participação popular, caso a
199 cidade seja selecionada para sediar o evento. **22)** Na sequência, Tony Nagy (SDTE),
200 questionou se com a aprovação da Minuta deixarão de existir as tabelas de estoques dos
201 potenciais construtivos dos distritos. Em resposta Anderson Kazuo informou que só serão
202 neutralizados os estoques construtivos potenciais nas áreas demarcadas ao longo dos eixos de
203 transporte coletivo em operação, nas outras partes da cidade o estoque de potencial
204 construtivo, por distrito da Lei 13.885/04 continuam válidos. Tony Nagy replicou que na mesma
205 lei não é abordada a possibilidade de descontar o potencial adicional da tabela de estoques e

**ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA
URBANA REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2013**

206 não informa se é para estocar ou manter. Dessa forma, sugeriu que os estoques dos distritos
207 não sejam descontados da transferência de potencial construtivo de ZEPEC até a revisão da Lei
208 13.885/04 em razão do estoque estabelecido em 2006 já estarem encerrados em vários
209 distritos, o que inviabiliza a construção, propôs que a Lei tenha uma Disposição Transitória que
210 trate deste assunto. **23)** Em seguida, Benedito Barbosa (Mov. Moradia) questionou qual o
211 posicionamento do poder público com relação às ZEIS, pois entendeu que as resoluções
212 debatidas durante o processo participativo não serão consideradas; solicitou que seja
213 esclarecido qual o método utilizado para garantir que pacto acordado entre a sociedade e o
214 governo seja mantido no debate na Câmara. **24)** O Conselheiro Valter Caldana (Mackenzie)
215 sugeriu que o Conselho se prepare para a próxima etapa com o Legislativo a fim de tornar o
216 processo ainda mais legítimo; elogiou as colocações do Presidente no ciclo de contribuições
217 anterior e fez algumas observações; sobre a transferência de potencial, principalmente no que
218 diz respeito às ZEPAM's (Zonas de Proteção Ambiental), sugeriu que a outorga seja agregada,
219 pois se há um interesse social na preservação ambiental e dificuldade de investimento, a
220 transferência de potencial deveria ser somada em uma tabela e atrelada a duas variáveis:
221 benefício obtido em ZEPAM versus ônus de infraestrutura no destino do potencial. Reiterou que
222 devem ser desenvolvidos instrumentos no PDE que permitam ao poder público participar de
223 forma efetiva no mercado imobiliário; expôs a necessidade do fortalecimento dos instrumentos
224 de descentralização fortalecendo as subprefeituras, incluindo o zoneamento local, aumentando
225 o grau de autonomia tanto nos sistemas de orçamento quanto participação; Aconselhou que se
226 eliminasse das legislações da cidade de São Paulo as expressões "área computável" e "área não
227 computável", segundo o Conselheiro tais expressões servem apenas para complicar o processo.
228 **25)** Finalizando o ciclo de contribuições o Conselheiro Luiz Costa (Mov. Defesa São Paulo)
229 reiterou sua preocupação com relação ao zoneamento comum da cidade, salientou que esse
230 zoneamento precisa de uma série de normas e subsídios para acontecer que não estão
231 presente no texto da revisão. **26)** Dando continuidade, o Presidente destacou que existem
232 conflitos em relação a utilização do território da cidade, sendo que os grupos sociais possuem
233 diferentes demandas e que é impossível atender a todas; acrescentou que é preciso discutir a
234 cidade a partir de princípios urbanísticos e não somente a partir do zoneamento. Nesse sentido
235 é necessário pensar com o mercado a redefinição de produtos imobiliários a partir de novos
236 programas de uso da cidade a fim de modelar outras formas de uso e ocupação do solo que
237 permitam enfrentar a demanda de uma das maiores cidades do mundo e ao mesmo tempo
238 oferecer qualidade de vida. A grande questão é conciliar a modernização e transformação
239 necessárias com a qualidade de vida. Acrescentou que a sugestão de mudança nos termos
240 "computável" e "não computável" é um pleito legítimo. Esclareceu que a mudança de
241 posicionamento da prefeitura para a atuação direta no mercado é uma discussão que já está
242 sendo travada, todavia é precipitado incluir nesse momento no PDE. Salientou a importância da
243 delimitação das ZEIS, entretanto as ZEIS incidem sobre a lógica de estoque ao ponto que deve
244 incidir, também, através dos fluxos de produção, sendo a partir disso, possível relacioná-las da
245 melhor maneira com os corredores de ônibus e a cota de solidariedade. Lembrou a todos que
246 deve-se estabelecer uma justa medida; não é possível atender a todas a demandas, sendo que

**ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA
URBANA REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2013**

247 muitas delas colidem entre si. **27)** Sendo a palavra solicitada novamente pelos Conselheiros o
248 Presidente passou-a ao Conselheiro Benedito Barbosa (Mov. de Moradia) que reforçou a
249 necessidade da demarcação das ZEIS nesse momento de revisão do PDE. **28)** Na sequência
250 algumas questões relacionadas a construção de um aeroporto em Parelheiros voltaram ao
251 debate, o Presidente esclareceu que foi solicitado um certificado de diretrizes de uso e
252 ocupação do solo para a construção do mesmo e foi verificado que o uso aeroporto é
253 incompatível com a legislação existente, tal que seria localizado em uma área específica de
254 preservação. **29)** Na sequência, o Conselheiro Anderson Kazuo (SMDU) explicou que o
255 processo de elaboração dos mapas das ZEIS não foi interrompido, incluí-los ou não na minuta
256 vai ser uma decisão posterior. Em relação ao aeroporto em Parelheiros, a revisão do PDE define
257 a área de projeto do aeródromo como uma Macroárea de contenção urbana e uso sustentável,
258 ou seja, visa-se conter o processo de expansão urbana. **30)** Por fim, o Secretário Executivo
259 agradeceu a presença de todos os Conselheiros e demais presentes; informou que o calendário
260 das próximas etapas da Revisão do Plano está disponível no site da Gestão Urbana. **31)** Nada a
261 mais a ser tratado, a reunião foi encerrada pelo Presidente do Conselho às 12h35m. A reunião
262 foi secretariada por Fernando Túlio Salva Rocha Franco, Secretário Executivo do Conselho
263 Municipal de Política Urbana, que lavrou a presente ata, que segue assinada pelos presentes à
264 reunião.

Presidente

Fernando de Mello Franco

Assinatura: 

Vice- Presidente

José Floriano de Azevedo Marques Neto

Assinatura: 

Secretário Executivo

Fernando Túlio Salva Rocha Franco

Assinatura: 

ENTIDADES PRESENTES

Gabinete do Prefeito

Suplente: Felipe Teixeira Gonçalves

Assinatura: 

**ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA
URBANA REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2013**

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano

Titular: Anderson Kazuo Nakano

Assinatura: 

Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos - SNJ

Titular: Marianna Sampaio

Assinatura: 

Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras - SMSP

Titular: Marly Kiatake

Assinatura: 

Secretaria Municipal de Habitação - SEHAB

Suplente: José Floriano de Azevedo Marques Neto

Assinatura: 

Secretaria Municipal de Serviços - SES

Suplente: Felix Ramon Ruiz Sanchez

Assinatura: 

Secretaria Municipal de Cultura - SMC

Titular: Marcos Cartum

Assinatura: 

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS

Suplente: Vânia Baptista Nery

Assinatura: 

São Paulo Urbanismo – SP Urbanismo

Titular: Gustavo Partezani Rodrigues

Assinatura: 

Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo - COHAB

Titular: Adriana Álvares da Costa de Paula Alves

Assinatura: _____

**ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA
URBANA REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2013**

Macrorregião Oeste - Eleito

Suplente: Áurea Lopes Machado Mazzetti

Assinatura: _____

Macrorregião Centro - Eleito

Titular: Mauro Messa Martins

Assinatura: _____

Macrorregião Leste 2 - Eleito

Titular: Antonio Gomes dos Santos

Assinatura: _____

Macrorregião Norte 1 - Indicado

Titular: Edison de Oliveira Vianna Junior

Assinatura: _____

Macrorregião Norte 2 - Indicado

Titular: Carlos Eduardo Silva Diethelm

Assinatura: _____

Macrorregião Centro – Indicado

Suplente: Luis Octávio da Silva

Assinatura: _____

Macrorregião Leste 1 - Indicado

Titular: Miguel Perrela

Assinatura: _____

Macrorregião Leste 2 - Indicado

Titular: Guilherme Henrique de Paula e Silva

Assinatura: _____

Suplente: Adriana Neves da Silva Morales

Assinatura: _____

**ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA
URBANA REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2013**

Macrorregião Sul 1 - Indicado

Titular: Dirceu de Oliveira Mendes

Assinatura:  _____

Suplente: Luiz Fernando Macarrão

Assinatura:  _____


Macrorregião Sul 2 - Indicado

Suplente: Adailson de Oliveira

Assinatura:  _____

Associação de Moradores

Titular: Algerlanio Lopes Dantas – Associação Ambiental e Habitacional João de Barro - AAHJB

Assinatura:  _____

Associação de Moradores

Titular: Sergio Antonio Reze Junior- Associação dos Moradores e Amigos do Parque Previdência
- AMAPAR *Declaro que não concordo com o teor da presente ata*

Assinatura:  _____

Movimento de Moradia

Suplente: Benedito Roberto Barbosa – Liderança Movimento Popular

Assinatura:  _____

Universidade

Titular: Marta Dora Grostein – Universidade de São Paulo - USP

Assinatura:  _____

Universidade

Titular: Valter Luis Caldana Júnior – Universidade Presbiteriana Mackenzie

Assinatura:  _____

Categoria Profissional em Planejamento Urbano

Titular: Paula Baillot Lacerda - Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia
Consultiva - SINAENCO

Assinatura:  _____

**ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA
URBANA REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2013**

Categoria Profissional em Planejamento Urbano

Suplente: Luiz Renato Horta da Siqueira – Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura – ASBEA

Assinatura: 

Empresa, entidade ou ONG da área de Desenvolvimento Urbano

Titular: Luiz Carlos Costa – Movimento Defesa São Paulo

Assinatura: 

Central Sindical – Central Única dos Trabalhadores do Estado de São Paulo - CUT

Titular: Paulo Afonso Costa

Assinatura: 

Secretaria de Estado da Habitação

Titular: Reinaldo Iapequino

Assinatura: 

Suplente: João Manoel Scudeler de Barros

Assinatura: 

Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos

Titular: Marco Antonio Mroz

Assinatura: 

ENTIDADES AUSENTES

Secretaria do Governo Municipal – SGM

Secretaria Municipal de Transportes – SMT

Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras - SIURB

Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico – SF

Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente – SVMA

Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo - SDTE

Macrorregião Norte 1 – Eleito

Macrorregião Norte 2 – Eleito

**ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA
URBANA REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2013**

Macrorregião Leste 1 – Eleito

Macrorregião Sul 1 – Eleito

Macrorregião Sul 2 – Eleito

Macrorregião Oeste – Indicado

Produção Imobiliária

- Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis de São Paulo – SECOVI-SP

Indústria da Construção Civil com atuação com obras públicas

- Associação Paulista de Empresários de Obras Públicas - APEOP
- Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo - SINDUSCON

Movimento de Moradia

- Associação dos Trabalhadores sem terra da Zona Oeste
- Associação dos Movimentos de Moradia da Leste 1

Entidade Ambiental

- Associação Vitae Civilis Cidadania e Sustentabilidade
- Instituto Democracia e Sustentabilidade – IDS

Categoria Profissional em Planejamento Urbano

- Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo – CAU/SP

Empresa, entidade ou ONG da área de Desenvolvimento Urbano

- Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Política Sociais - POLIS
- Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos

Central Sindical

- Federação Nacional dos Urbanitários – FNU

Secretaria de Estado de Meio Ambiente

Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos

Consórcio Intermunicipal de municípios do Grande ABC da Região Metropolitana de São Paulo